

CAVACO SILVA DÁ POSSE AO NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO

Chefe de gabinete de Teixeira dos Santos substitui João Figueiredo na Função Pública

O Presidente da República confere hoje posse ao novo secretário de Estado da Administração Pública, André Castilho, que era até agora chefe de gabinete do ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos. Castilho substituiu no cargo João Figueiredo, que tinha a saída acertada há algum tempo, já que tinha concorrido ao cargo de juiz do Tribunal de Contas. "João

Figueiredo estava só à espera de fechar o processo negocial para a reforma da Administração Pública para sair do Governo", referiu fonte do Executivo à agência Lusa. Segundo acrescentou a mesma fonte, Castilho também acompanhou em pormenor, ao longo dos últimos meses, o processo de negociações concluído na passada quinta-feira.

FRANCISCO MADELINO, PRESIDENTE DO IEFP

Como é que explica a redução de 0,4% das colocações efectuadas pelos Centros de Emprego, numano em que as ofertas aumentaram e os desempregados registados diminuíram?

Há duas razões que explicam os resultados. Por um lado, continua a haver um desajustamento entre as características dos que procuram emprego e as ofertas. Por outro, as ofertas não vão ao encontro das expectativas salariais dos desempregados. De todas as formas, a redução das colocações foi baixa e aos dados do relatório de actividades temos de juntar as 2.400 colocações realizadas através do portal "net emprego".

Isto significa que o Instituto de Emprego e Formação Profissional não está a conseguir desempenhar o seu papel no ajustamento entre a oferta e a procura de emprego?

O ajustamento entre a oferta e a procura pode ser visto de um ponto de vista estrutural (adaptar as qualificações às necessidades do mercado) e conjuntural (dizer às pessoas onde podem encontrar emprego). Cada vez mais a função conjuntural do Instituto de Emprego surge afectada pelo superávit de informação ou pela existência de agências privadas de colocação. O grande desafio do Instituto de Emprego é entrar nos meios tecnológicos para disponibilizar informação a um maior número de pessoas e fazer o ajustamento estrutural.

No imediato, o que é que o Instituto pode fazer?

O IEFP está a centrar a sua actividade essencialmente em dois mecanismos. A captação de grandes operadores de oferta de emprego mais qualificado e o reforço das visitas às empresas no sentido de obter ofertas mais ajustadas ao perfil dos desempregados. Em 2008 esperamos fazer entre 60 a 70 mil. Em 2007 houve uma pressão maior do IEFP e por via das novas regras do subsídio de desemprego sobre os desempregados, mas há um segmento do mercado de emprego muito sujeito à concorrência da entrada de população imigrante em Portugal.

Apoios ao emprego caem 7%**Formação avulsa perde importância**

→ O número de pessoas abrangidas pelas medidas de apoio ao emprego cresceu 4%, mas os montantes envolvidos caíram 7%. O relatório de actividades do IEFP justifica esta quebra nas verbas aplicadas devido à alteração as políticas de apoio, "tentando focalizar as medidas nos grupos mais vulneráveis e com maior dificuldade de acesso e permanência no mercado de trabalho". Ao todo o IEFP gastou 197 milhões de euros com programas de estágios, apoios e subsídios às empresas que empreguem públicos mais desfavorecidos e incentivos à criação do próprio emprego, tendo abrangido perto de 93 mil desempregados. Uma parte significativa das verbas aplicadas (84,5%), dizem respeito a estágios, programas de estímulo à oferta e à criação de emprego e aos apoios à contratação e à conversão de contratos de trabalho a termo em contratos sem termo e aos programas ocupacionais. Neste momento, o Governo tem em cima da mesa, em paralelo com o Código do Trabalho a revisão dos apoios ao emprego, nomeadamente o aumento dos apoios para jovens, desempregados há mais de seis meses e com mais 55 anos de idade.

→ A formação profissional para desempregados, sem qualquer relação com a escolaridade, sofreu uma forte quebra: o número de pessoas abrangidas diminuiu 31%, enquanto os montantes envolvidos registaram uma quebra de 65,4%. Esta redução acabou por ser compensada pelo forte investimento nos cursos de formação e educação de adultos, em linha com as prioridades definidas pelo Governo. No ano passado, quase metade dos apoios estatais centraram-se nas ações de formação e educação de jovens e adultos e nos sistemas de aprendizagem tanto de desempregados como de empregados. O relatório de actividades do IEFP revela que 231 mil pessoas foram abrangidas por actividades formativas realizadas pelos centros de emprego ou participados pelo instituto (mais 19%), mas as verbas aplicadas nesses programas não chegaram aos 252 milhões de euros, menos 11,4% face a 2006. Francisco Madelino justifica esta redução com a eliminação ou redução das bolsas pagas aos jovens e adultos e com a alteração dos pagamentos dos formadores.



Jaime Silva | Ministro mantém-se em contacto com Espanha, Itália e França para acertar posição a apresentar à CE.

PESCAS**Governo “chumbou” duas propostas dos pescadores**

Filipe Paiva Cardoso

filipecardoso@mediainf.pt

Nem subsídios aos combustíveis, nem isenções de um ano nas taxas a pagar à segurança social. O Ministério da Agricultura recusou duas das propostas que lhe foram entregues na segunda-feira passada e que os líderes do movimento de pescadores apresentaram como “exigências” para desconvocar a paralisação no sector.

Num conjunto de seis pontos, quatro coincidiam com o que o próprio Jaime Silva, ministro da tutela, “ofereceu” na quarta-feira anterior, data da primeira reunião com os representantes do sector das Pescas. Mas além destes, dois novos pedidos foram adicionados e acabaram por ser “chumbados”, conforme apontou ao Jornal de Negócios fonte ligada às negociações. No lado dos “chumbos” ficaram medidas directamente ligadas ao preço dos combustíveis – a imposição de um tecto – assim como a isenção por um ano de taxas a pagar à Segurança Social. Sobre esta última, e conforme o JdN avançou ontem, Jaime Silva deverá limitar-se a conceder uma isenção de três meses aos pescadores.

O ministro ontem alertou, porém, que outras medidas de âmbito social “temporárias” necessitam de ser aprovadas por Bruxelas, num processo que se pode arrastar-se “por dois ou três meses”, facto para o qual Jaime Sil-

va alertou desde logo os responsáveis das Pescas.

Medidas prontas a arrancar

A linha de financiamento de 40 milhões de euros, assim como a redução de 4% para 2% nas taxas pagas pelas pequenas embarcações na Docapesca aquando da venda do peixe, são medidas com que o Governo pode avançar desde já para responder à paralisação dos pescadores que hoje vai ser reanalisa (ver caixa em baixo).

A partir de 6 de Junho, com a publicação das linhas do Promar – Programa Operacional Pesca 2007-2013 – ficarão disponíveis 40 milhões de euros para a restruturação do sector, que terá direito a um ano de carência de juros. Além disto, também a readaptação de alguns pontos do Promar, ao nível de adiantamentos e totais de facturação, são outras das medidas que Jaime Silva, ministro da Agricultura poderá desde já colocar à disponibilização do sector.

Jaime Silva prepara posição conjunta dos “quatro”

O ministro seguiu ontem para Roma, onde aproveitou para concertar posições com responsáveis italianos, espanhóis e franceses, de forma a apresentarem a Bruxelas, dia 23, uma proposta de medidas adicionais para ajudar o sector.

Pescadores reúnem-se para analisar proposta do Governo

→ Os pescadores e armadores vão estar reunidos esta tarde para debater a contraproposta apresentada por Jaime Silva ontem de manhã. António Cunha, presidente da Associação de Armadores de Pesca Industrial (Adapi), apontou ao Jornal de Negócios que a resposta do ministro da Agricultura “mostrou pelo menos alguma evolução” face ao início da paralisação, na noite de quinta para sexta-feira passada, e que é “um primeiro passo” para que se volte ao mar, “mas não o último”, salientou porém. “Independentemente da decisão que tomarmos amanhã [continuar ou terminar a paralisação], ficou já assente que o grupo de trabalho criado com o ministério continuará a existir de forma a que haja um acompanhamento contínuo aos problemas do sector das pescas”. Sobre as contrapropostas do Governo, António Cunha escusou-se a falar já que, apontou, “assumimos um compromisso com a tutela de que não as divulgáramos”. Na tarde de segunda-feira passada os pescadores entregaram um conjunto de propostas a Jaime Silva para resolver a paralisação, tendo o ministro reagido prontamente e apresentado a contraproposta ontem de manhã. **FPC**